

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE CONSULTORIA
CONTRATO REF.ª N.º 42_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

AMBICONCONSULT, Engenharia e Ambiente Lda

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTO : PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. Antão - Tel:
(+238) 22 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE D. CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal - Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

CONTRATO REF.ª N.º 42_GPENAPOR_2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Entre

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr. **Eduardo Évora Lima**, solteiro, portador do BI n.º 15586, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 101558643 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar,

Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”

e

AMBICONCONSULT, ENGENHARIA E AMBIENTE LDA, com sede Terra Branca, Cidade da Praia, Detentora do Capital Social de 200.000\$00 (duzentos mil escudos) Contribuinte n.º 275790002 (NIF), matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o n.º 275790002/3929120180427 legitimamente representada neste ato pela Eng.ª **Arlinda Ramos Duarte Lopes Neves**, casada, titular do NIF:102948992 e Eng.º **Francisco Pedro Neves**, casado, titular do NIF:106295721 na qualidade de Sócios-gerentes, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar

Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgante”

Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o procedimento por Ajuste Direto nos termos do artigo 39.º, n.º 1, alínea a) do Código da Contratação Pública;
- b) A minuta do contrato de prestação de serviço foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Prestação de Serviços de Consultoria que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

- 1. Pelo presente contrato a Segunda Outorgante obriga-se a executar, para a Primeira Outorgante, os serviços de Consultoria Ambiental, no âmbito da empreitada de **Expansão e Modernização do Porto Inglês – Ilha do Maio** e da **3ª Fase da Expansão e Modernização do Porto da Palmeira – Ilha do Sal** de conforme determinações da Direção Geral do Ambiente e legislações pertinentes.
 - 1.1. O escopo dos serviços a prestar pela Segunda Outorgante, no âmbito do presente contrato compreende **a proposta técnica e financeira apresentada pela Primeira Outorgante em 23 de julho de 2022** e ainda:
 - a) Visita aos estaleiros, local de construção da obra e zonas de extração de inertes;
 - b) Reuniões com os principais intervenientes em obra, fiscalização e empreiteiro;
 - c) Análise do projeto de execução, com destaque para os instrumentos de salvaguarda ambiental e social aprovados;
 - d) Análise de relatórios mensais e planos de trabalho;
 - e) Coordenação da monitorização da implementação do PGAS e fornecer Assessoria e Assistência Técnica às diversas partes interessadas, nomeadamente UGP, ENAPOR, Empreiteiros, Fiscais, etc;
 - f) Revisão e avaliação dos relatórios de monitorização da fiscalização e do empreiteiro;

- g) Elaboração de relatórios trimestrais de acompanhamento do PGAS, aproveitando os relatórios periódicos transmitidos pela fiscalização e pelo empreiteiro;
- h) Desenvolvimento de um plano de monitorização e vigilância para a implementação dos PGAS para que os relatórios trimestrais sejam apresentados em tempo hábil ao Banco;
- i) Visitas ao local para avaliar a relevância das ações implementadas para mitigar os impactos ambientais e sociais de acordo com os indicadores previamente definidos no PGAS, a regulamentação nacional em vigor e os requisitos ambientais do BAD;
- j) Inspeções no local do projeto para avaliar as atividades ambientais e sociais implementadas, incluindo gestão e riscos e impactos ambientais e sociais relacionados às atividades do empreiteiro;
- k) Apresentação de propostas de medidas corretivas necessárias para as não conformidades constatadas durante essas avaliações;
- l) Planeamento e organização de atividades de capacitação institucional em gestão de riscos ambientais e sociais para técnicos da UGP;
- m) Realização/Execução, a pedido do Coordenador da UGP, de qualquer tarefa considerada necessária e compatível com os objetivos da missão.

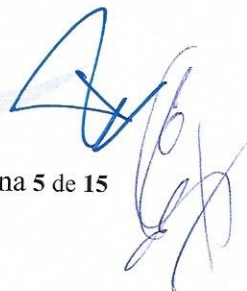
Cláusula 2.^a
(Prazo Prestação Serviços)

1. O presente contrato tem início
 - 1.1. **Porto Inglês/Ilha Maio** - na data da assinatura do presente contrato e vigorará pelo período de 07 (sete) meses, sendo nos primeiros 04 (quatro) meses a tempo inteiro e 03 (três) meses restantes a meio tempo;
 - 1.2. **Porto Palmeira/Ilha Sal** - o início da prestação dos serviços estará condicionado ao arranque das obras, que estão previstas para finais do 1º Trimestre de 2023, cuja afetação será a tempo parcial (50%), por um período de 14 (catorze) meses.
2. Qualquer das partes outorgantes poderá denunciar o presente contrato, independentemente de qualquer motivo, desde que a denúncia revista a forma escrita e seja feita com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e sem obrigação de indemnização ou ainda por mútuo acordo;

3. A falta de aviso prévio estabelecido no número anterior obriga a parte faltosa ao pagamento de uma indemnização proporcional aos dias em falta, calculada em função do valor diário do montante dos honorários mensais nos termos a acordar pelas partes;
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

Cláusula 3.^a
(Preço e Condições de pagamento)

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante:
 - a) **Porto Inglês/Ilha Maio** o montante global de **1.400.000,00 CVE** (um milhão e quatrocentos mil escudos), montante sobre o qual incidirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor e referente aos 07 (sete) meses e conforme os termos da proposta adjudicada;
 - b) **Porto Palmeira/Ilha Sal** o montante global de **2.800.000,00 CVE** (dois milhões e oitocentos mil escudos), montante sobre o qual incidirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor e referente aos 14 (catorze) meses conforme os termos da proposta adjudicada.
2. O montante devido pela execução do objeto deste contrato, especificado na cláusula 1.^a, será liquidado em prestações mensais em forma de honorários, no montante para cada porto de **200.000,00 CVE** (duzentos mil escudos) montante sobre o qual incidirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor;
3. Os pagamentos acima referenciados serão efetuados, no prazo de 10 (dez) dias contados da receção da fatura, por meio de transferência bancária, para conta da Segunda Outorgante, **Conta BCA nº 88292214, NIB: 0003000088292214 101**;
4. Existirá mora no pagamento sempre que o prazo estabelecido no número anterior seja ultrapassado, sem que a parte devedora demonstre que os valores faturados foram já irreversivelmente colocados à disposição da instituição bancária da parte credora;



5. Em caso de mora no pagamento, a Segunda Outorgante terá direito a juros de mora à taxa legal, não podendo, no entanto, o total destes juros ultrapassar 30% (trinta por cento) do preço contratual;
6. A mora da Primeira Outorgante interrompe a contagem dos prazos a que ora se obriga a Segunda Outorgante, nomeadamente, para efeito de cálculo de penalizações.

Cláusula 4.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito do presente contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Primeira Outorgante.

Cláusula 5.^a
(Propriedade Intelectual e Direitos de Autor)

1. Todo o "know-how" relativo à prestação dos serviços compreendidos no presente instrumento, serão no termo do contrato, na medida em que a lei o permita, propriedade da Primeira Outorgante para todos os efeitos, podendo esta livremente modificá-las e utilizá-las para quaisquer fins.
2. A Segunda Outorgante indemnizará a Primeira Outorgante por todos os prejuízos, danos ou custos emergentes de ações ou procedimentos por violação de direitos de propriedade intelectual relativamente aos documentos, manuais, equipamentos, materiais, desenhos, peças escritas ou desenhadas, ideias ou técnicas protegidas por direitos de propriedade intelectual, mesmo que tal violação não fique a dever-se a negligência ou dolo da Segunda Outorgante.
3. A Segunda Outorgante não poderá invocar quaisquer direitos pessoais relativamente a direitos de propriedade intelectual com vista a obstar ao cumprimento das obrigações que para ela decorram do presente contrato.

4. A Segunda Outorgante cumprirá todas as obrigações e deveres legais que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual e industrial da Primeira Outorgante ou de terceiros, designadamente informações de natureza técnica, ambiental ou de segurança.
5. Em caso de violação, ou de alegada violação, dos direitos de propriedade referidos no número anterior, a Segunda Outorgante será a única responsável por qualquer questão judicial ou reclamação feita contra a Primeira Outorgante, indemnizando-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 6.^a
(Regularização de contribuição fiscal e de segurança social)

1. Durante a vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Previdência Social.
2. Para efeitos do determinado no número anterior, a Segunda Outorgante, obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da situação de regularidade, sempre que solicitado pela Segunda Outorgante.

Cláusula 7.^a
(Obrigações principais da Segunda Outorgante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato, ou nos demais documentos contratuais, da sua celebração, decorrem para a Segunda Outorgante, as seguintes obrigações:
 - a) Prestar os serviços contratados de forma e modo ajustados, de acordo com as normas e especificações técnicas aplicáveis, dando plena e total garantia dos mesmos;
 - b) Executar os serviços contratados utilizando a melhor técnica e visando sempre atingir o melhor resultado, sob sua exclusiva responsabilidade;
 - c) Assumir total responsabilidade pelos atos e/ou omissões praticados pelos seus colaboradores, bem como pelos danos de qualquer natureza que os mesmos venham a sofrer ou causar à Primeira Outorgante e seus clientes ou terceiros em geral, em decorrência da prestação dos serviços objeto do presente contrato;

- d) Cumprir todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes, relativas aos serviços aqui contratados;
 - e) Proceder à retificação de qualquer documento do processo, sem custo adicional, desde que esta seja decorrente de informações ou documentos de responsabilidade da Segunda Outorgante;
 - f) Responsabilizar-se por qualquer espécie de indemnização pleiteada pelos seus colaboradores, principalmente no tocante a reclamações laborais e acidentes do trabalho;
 - g) Executar a prestação do serviço de consultoria Ambiental objeto do presente contrato em conformidade com a natureza da empreitada de Expansão e Modernização do Porto Inglês e possíveis dados fornecidos pela Primeira Outorgante;
 - h) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;
 - i) Comunicar de imediato à Primeira Outorgante, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
 - j) Informar de imediato à Primeira Outorgante de quaisquer fatos que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
 - k) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente à prestação do serviço, quando solicitado.
 - l) Cumprir com o prazo acordado para a conclusão dos trabalhos, conforme estipulado no número 1 da cláusula 2.^a do presente contrato;
2. Todos os estudos, evidências, resultados, propostas, relatórios e planos que resultarem da prestação de serviço objeto deste contrato, serão remetidos, em primeira mão, à Primeira Outorgante, devendo em caso algum ser utilizados para fins alheios aos citados, sem a devida autorização da mesma.

Cláusula 8.^a
(Obrigações da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento na forma e modo acordados;
- b) Comunicar a Segunda Outorgante sobre as reclamações feitas contra seus colaboradores, bem como em relação a danos por ela causados;
- c) Fornecer à Segunda Outorgante toda a documentação solicitada para executar os trabalhos de maneira criteriosa conforme orientações do projeto;

- d) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todas as taxas administrativas e/ou fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a atividade objeto do presente contrato;
- e) A facultar o acesso da Segunda Outorgante às instalações da Primeira Outorgante sempre que tal se afigure necessário à adequada execução do contrato;
- f) Fornecer à Segunda Outorgante, e dentro de um período razoável, todas as informações que a mesma solicitar para a adequada execução do contrato;
- g) Assegurar que os técnicos da Primeira Outorgante estejam disponíveis para prestar as informações necessárias solicitadas pela Segunda Outorgante para a adequada execução do contrato;
- h) Facilitar os contactos com outras instituições para a recolha de informações necessárias.

Cláusula 9.^a
(Penalidades)

- 1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, ou a terceiros por esta contratados no âmbito da prestação dos serviços, objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:
 - a) atraso no início ou na conclusão dos trabalhos, com cronograma revisto várias vezes;
 - b) atraso nos prazos parciais vinculativos de execução das tarefas previstas;
 - c) atraso no envio dos relatórios;
 - d) Pelo incumprimento parcial ou inexecução total ou parcial do contrato;
 - e) Na hipótese da Segunda Outorgante deixar de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades
 - i. Advertência;
 - ii. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;
 - iii. Multa de 10% (dez por cento) pelo incumprimento do contrato;
 - iv. Comunicação à Entidade Reguladora quanto ao futuro da Segunda Outorgante no sistema de contratação pública nacional;
 - v. Declaração de idoneidade para contratar no sistema de contratação pública nacional;
 - f) As multas previstas nos pontos ii) e iii) da alínea e) serão descontadas de

- imediatamente no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
- g) Antes da aplicação de qualquer das penalidades a Segunda Outorgante será advertida, garantindo-se assim o contraditório e a ampla defesa, através dos meios legais ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da respetiva advertência;
 - h) A multa moratória será calculada no momento em que ocorrer o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento). Poderá a Primeira Outorgante, entretanto, antes de atingido o limite supracitado, rescindir o contrato em razão do atraso;
 - i) A Primeira Outorgante poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução dos serviços, para entender por rescindido o contrato;
 - j) As multas serão calculadas pelo valor total da parcela em atraso;
 - k) Se o incumprimento do contrato gerar consequências graves para a Primeira Outorgante, poderá esta, além de rescindir o contrato, aplicar uma das penalidades previstas nos pontos iv. ou v. da alínea e), desta cláusula;
2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado aquando da ocorrência do fato gerador.
 3. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 15 (quinze) dias a contar da data de receção das respetivas faturas, emitidas pela Primeira Outorgante.
 4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar à Segunda Outorgante, ao abrigo do contrato a celebrar.
 5. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.

6. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo fato de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30% (trinta por cento).
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Primeira Outorgante exija uma indemnização por dano.

Cláusula 10.^a
(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou e cujos efeitos não podiam ser evitados. Imprevisível.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.

Cláusula 11.^a
(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;

- (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
- (c) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas relativamente à execução das prestações contratuais;
- (d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;
- (e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na legislação aplicável;
- (f) Incumprimento pela Segunda Outorgante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

Cláusula 12.ª

(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de uma indemnização nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 13.ª

(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Primeira Outorgante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante por mais de 3 (três) prestações em atraso, ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante, quando a exigência pela parte pública de manutenção do contrato, seja contrária à boa-fé.

2. O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a respetiva notificação pela Segunda Outorgante, salvo se esta cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 14.^a

(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)

1. Em caso de resolução do presente contrato pela Segunda Outorgante, por facto imputável à Primeira Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento dos honorários correspondentes às fases já entregues ou em elaboração e ao pagamento de uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada que se fixa em 15% (quinze por cento) dos honorários fixados;
2. A indemnização é paga pela Primeira Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 15.^a

(Dever de sigilo)

1. A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, salvo autorização expressa da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto nesta cláusula a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. Os serviços prestados pela Segunda Outorgante constantes da Cláusula 1.^a, serão realizados sem exclusividade, tendo em vista os seus membros desempenharem atividades para terceiros em geral, desde que não haja conflitos de interesses com o pactuado no presente contrato, ficando estabelecido regime de confidencialidade e sigilo sobre toda documentação apresentada pela parte da Primeira Outorgante.

Cláusula 16^a
(Disposições Gerais)

1. Os serviços prestados pelo pessoal afeto à Segunda Outorgante, ao abrigo do presente contrato, não implicam qualquer vinculação laboral com a Primeira Outorgante, sendo de exclusiva responsabilidade da Segunda Outorgante, quaisquer relações legais com o pessoal necessário à execução dos serviços, possuindo este contrato um cunho independente e devendo a Segunda Outorgante manter em ordem as obrigações previdenciárias decorrentes da vinculação, assumindo responsabilidade integral e exclusiva quanto aos salários e demais encargos laborais e previdenciários de seus colaboradores, principalmente com relação a possíveis reclamações laborais, não existindo solidariedade entre as Outorgantes;
2. As alterações de quaisquer cláusulas, serviços e valores que venham a ser discutidos e aprovados pelas partes, deverão necessariamente ser objeto de uma adenda por escrito, sob pena de não terem validade.

Cláusula 17^a
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.

2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

Cláusula 18.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo Código Civil.

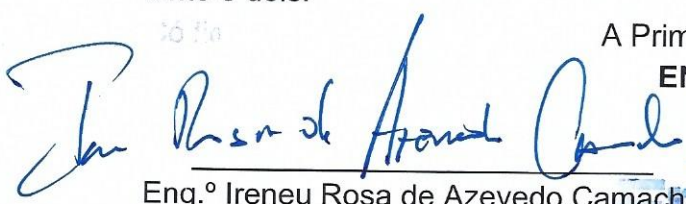
As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 15 (quinze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das que são rubricados pelas partes.

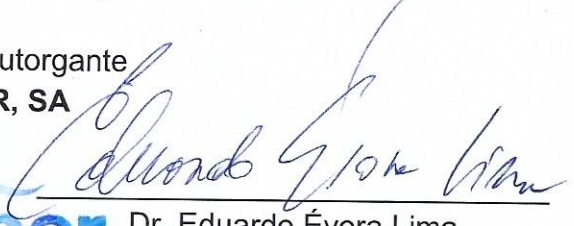
Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, aos 15 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois.

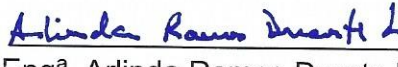
A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração


Enapor
Portos de Cabo Verde


Dr. Eduardo Évora Lima
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante
AMBICONSULT, Engenharia e Ambiente Lda


Eng.ª Arlinda Ramos Duarte
Sócio-gerente


AMBICONSULT
ENGENHARIA E AMBIENTE, Lda
N.º 264-58-84 - Nif: 275 790 902
Rua da BOAVISTA n.º 84
LOPES REJO - PRAIA - C. VERDE


Eng.º Francisco Pedro Neves
Sócio-gerente